

RETALIAÇÃO E COMPENSAÇÃO

*** Roberto Rodrigues**

O governo do Brasil encontra-se diante de um grande dilema decorrente da decisão da Organização Mundial do Comércio publicada em 30 de agosto passado. Após sete anos de uma árdua disputa contra a maior economia do mundo, foi concedido ao país o direito de implementar medidas que compensem as perdas geradas pelos subsídios aos nossos produtores de algodão, mexendo com todo o modelo de subsídios dos EUA e colocando em xeque o sistema de regras comerciais coordenadas pela OMC.

Como implementar tais medidas, dado que o objetivo central da disputa – adequar as políticas de subsídios agrícolas dos EUA às regras multilaterais do comércio – tem se mostrado difícil, mesmo com a condenação dessas práticas pela OMC?

A decisão dá ao Brasil o direito de implementar US\$ 294,7 milhões em medidas retaliatórias, e também estipulou um valor “gatilho” de US\$ 409,7 milhões a partir do qual o Brasil pode partir para a retaliação cruzada por meio da suspensão de compromissos e obrigações no acordo de comércio de serviços (GATS) e/ou no de propriedade intelectual (TRIPS).

Esses cálculos foram feitos com base nos anos fiscais de 2005/2006. Estima-se que o valor total da retaliação autorizada, utilizando-se dados do ano fiscal de 2009, chegue a US\$ 900 milhões ou mais. Detalhe: o Brasil seguirá com o direito de fazer retaliações até os EUA alterarem sua política de subsídios.

O dilema ocorre pelo simples fato de que a imposição de barreiras comerciais a produtos agrícolas provenientes dos EUA não seria suficiente para alcançar os valores de retaliação autorizados pela OMC. A imposição de barreiras a bens industriais, por outro lado, pode ter um impacto negativo para os consumidores e vários setores da economia, ou pode aumentar custos às empresas que operam no país com bens de capital e insumos industriais importados. Na mesma linha a retaliação de serviços ou propriedade intelectual é bastante difícil de ser implementada, além de poder impactar a estabilidade do ambiente de negócios no país.

A grande questão é como praticar medidas que forcem os EUA a alterarem suas políticas de subsídio agrícola sem instigar desequilíbrios em outros setores e na relação bilateral.

Uma forma de solução seria a combinação de medidas retaliatórias e compensatórias que tenham como foco primordial gerar benefícios para os cotonicultores e demais produtores rurais do Brasil. Essas medidas compensatórias, por sua vez, poderiam ser oferecidas tanto no formato de acesso a mercado nos Estados Unidos, como por meio de algum tipo de compensação financeira que poderia ser utilizada, por exemplo, para a criação de um fundo voltado à promoção de pesquisas e promoção comercial dos setores interligados. Há precedentes desse tipo de acordo envolvendo disputas na OMC, havendo portanto margens para sua implementação.

Apesar da boa vontade do governo brasileiro em estudar formas alternativas de compensação, cabe aos Estados Unidos apresentar uma

proposta que caminhe nessa direção. Ainda que o objetivo maior dos produtores agrícolas do Brasil seja a eliminação definitiva dos subsídios ilegais, no curto prazo as medidas compensatórias poderiam amenizar as perdas causadas a boa parte do setor. É com grande ansiedade que os agricultores brasileiros aguardam um movimento dos EUA nessa direção.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e Professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**